



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS
Comarca de Manaus
2ª Vara da Fazenda Pública
OFÍCIO

Ofício nº 222/2023-2VFP-PREC

À Excelentíssima Senhora

Desembargadora Nélia Caminha Jorge

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Assunto: **Envio de Requisição de Precatório.**

Encaminho a V. Exa. a requisição de precatório e anexos conforme a Portaria nº 1.993, de 30 de setembro de 2020, passada em favor de **Agnelson Ramos Tavares**, na Ação Procedimento Comum Cível, nº 0713481-03.2020.8.04.0001 em desfavor de Estado do Amazonas.

Manaus, 03 de maio de 2023.

Respeitosamente

LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN

Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS
Comarca de Manaus
2ª Vara da Fazenda Pública
OFÍCIO

REQUISIÇÃO DE PRECATÓRIO

Crédito do Requerente

O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda Pública, Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, desta Comarca de Manaus **REQUISITA** à Excelentíssima Senhora Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas as providências necessárias para o pagamento da importância global de **R\$ 282.677,08 (duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e sete reais e oito centavos)**, na forma a seguir discriminada:

Valor devido ao Requerente:

Credor	CPF/CNPJ
Agnelson Ramos Tavares	20190255234

Crédito:

Valor Corrigido	Percentual dos juros aplicados	Valor do Juros
R\$ 261.424,09	variável	R\$ 21.252,99

Valor Bruto: R\$ 282.677,08

Valor Líquido: R\$ 282.677,08

Deduções:

Contribuição previdenciária	Órgão previdenciário	CNPJ do Órgão Previdenciário
() sim (x) não	-	-

Imposto de Renda	Deduções da base de cálculo	Número de Meses RRA
() sim (x) não	R\$ 0,00	-

•Ente público devedor: **Estado do Amazonas**

•CNPJ do ente devedor: **04.312.369/0001-90**

•Natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Administrativo | <input checked="" type="checkbox"/> Civil |
| <input type="checkbox"/> Constitucional | <input type="checkbox"/> Trabalhista |
| <input type="checkbox"/> Tributário | <input type="checkbox"/> Acidente de Trabalho |

•Natureza do crédito:

ALIMENTAR	COMUM
<input checked="" type="checkbox"/> Salários, Vencimentos, Proventos, Pensões.	<input type="checkbox"/> Não-Alimentar
<input type="checkbox"/> Benefícios Previdenciários e Indenizações.	<input type="checkbox"/> Desapropriações – Único Imóvel Residencial do Credor (Art. 78, § 3º, ADCT)
Requerente: Agnelson Ramos Tavares Data de Nascimento: 29-08-1962 <input type="checkbox"/> Ativo <input checked="" type="checkbox"/> Aposentado <input type="checkbox"/> Pensionista	

Av. Valério Botelho de Andrade, S/N, Fórum Des. Euza M. N. Vasconcello, 4º andar, São Francisco - CEP 69079-260, Fone: (092)3303-5054, Manaus-AM - E-mail:
2vara.fazenda@tjam.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarca de Manaus
2ª Vara da Fazenda Pública

OFÍCIO

Doença Grave: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
Pessoa com deficiência: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
Pagamento da parcela superpreferencial: <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> Desapropriações - Demais

•Data-base utilizada na definição do valor do crédito: 08-03-2023

•Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento: 15 de setembro de 2022

•**Data da certidão de trânsito em julgado** dos embargos à execução (impugnação ao cumprimento de sentença): **ou** no caso de não haver impugnação, colocar a **data da certidão de decurso do prazo** para sua oposição: 31 de março de 2023.

Data do reconhecimento da parcela incontroversa, se for o caso: não há.

A presente requisição é extraída dos autos de Procedimento Comum Cível, Processo n.º 0713481-03.2020.8.04.0001, movida(o) por Agnelson Ramos Tavares em desfavor de Estado do Amazonas, ajuizada em 31/08/2020 perante este Juízo.

Número do processo de conhecimento: 0713481-03.2020.8.04.0001, distribuído em 31/08/2020.

Não houve a interposição de processo de execução autônomo, tendo em vista que a execução iniciou-se por petição nos próprios autos.

Não houve processo de impugnação à execução.

Manaus, Estado do Amazonas, em 03 de maio de 2023. Russein Essucy da Silva, Analista Judiciário, digitou, devidamente subscrito pelo MM. Juiz, conforme o constante nos autos, pelo que dou fé.

(assinado digitalmente)

Leoney Figliuolo Harraquian

Juiz de Direito